

Reitores são contra projeto do MEC

BRASÍLIA — Os dirigentes de instituições de ensino superior não querem que o Ministério da Educação regule as novas formas de ingresso nas universidades, decisão anunciada ontem pelo ministro Paulo Renato Souza. Eles consideram que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) abriu a oportunidade para que as instituições definam critérios e acreditam que a normatização pelo MEC poderá significar o engessamento e a quebra da autonomia universitária.

Durante um encontro para apresentação aos reitores do Exame Nacional de Ensino Médio — proposta do governo de ingresso alternativo no curso superior —, o ministro afirmou que é preciso definir critérios básicos que garantam a equidade e o caráter seletivo e evitem a excessiva reserva de vagas. "A LDB fala que o processo tem de ser seletivo, e a Constituição já trata da necessidade de equidade", reagiu Odilon Marcuzzo, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), José Carlos Almeida, acredita que a LDB lança um desafio para que as universidades pesquisem formas alternativas de ingresso. "Não podemos deixar é que o MEC, por meio do Conselho Nacional de Educação, nos engesse a ponto de que uma forma seja apenas substituída por outra", afirmou.

O ministro disse que em dois meses o Conselho Nacional de Educação (CNE) deverá apresentar a normatização mínima, mas afirmou não ser contra outras formas de ingresso no ensino superior, como a avaliação nas três séries do segundo grau.